

AS LIMITAÇÕES DE UMA COMPREENSÃO INDIVIDUAL DO ALCOOLISMO: UMA ANÁLISE DE INTERVENÇÕES A PARTIR DAS CRÍTICAS DE JAMES HOLLAND

Caroline dos Santos Oliveira (PIC/UEM), Carlos Eduardo Lopes (Orientador). E-mail:
ra129093@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Psicologia/ Fundamentos e Medidas da Psicologia.

Palavras-chave: Alcoolismo; Intervenção; James Holland.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi avaliar se as críticas feitas por Holland, a respeito do tratamento com alcoolistas, ainda se aplicam a intervenções atuais com essa população. Esta foi uma pesquisa de natureza bibliográfica que analisou artigos de diferentes áreas do conhecimento que descreveram intervenções com alcoolistas. Após a seleção do material, os textos foram submetidos a análise, considerando as críticas de Holland. No que diz respeito ao enfoque dado no tratamento de uso abusivo de álcool, 62% dos artigos tratou a questão de forma individual, enquanto os outros 12% consideram nas intervenções questões sociais contextuais. Assim, tal como havia sido problematizado por Holland, a compreensão da questão do alcoolismo permanece individualizada, o que pode reforçar a estigmatização das pessoas que passam por esse problema, ao mesmo tempo em que desconsidera questões socioculturais que, muitas vezes, estão na base da questão.

INTRODUÇÃO

O abuso de drogas psicoativas vêm crescendo ao longo do tempo, tornando mais evidentes suas consequências nocivas tanto para os usuários quanto para familiares, amigos e a sociedade como um todo. Entre essas drogas, o álcool ganha destaque, uma vez que se trata de uma substância geralmente legalizada, com seu uso muitas vezes incentivado em diferentes contextos. Consequentemente, os problemas com abuso de álcool são frequentes e a necessidade de intervenções efetivas com alcoolistas tende a ser amplamente reconhecida (COUTINHO; TOLEDO; BASTOS, 2019).

Nos anos 1970, James Holland — um comportamentalista radical estadunidense — evidenciou diferentes falhas em intervenções conduzidas por analistas do comportamento com alcoolistas. De acordo com o autor, as intervenções realizadas na época pareciam contrariar os pressupostos da própria

Análise do Comportamento, centrando-se no indivíduo, ao invés de considerar o contexto sociopolítico. Esse tipo de intervenção assentava-se em uma concepção moralista (e mentalista), que via os alcoolistas e usuários de drogas como “fracos” ou destituídos de “força de vontade”, “justificando” o emprego indiscriminado de práticas aversivas. Ao final, esses trabalhos acabavam culpabilizando as vítimas pelo eventual fracasso na intervenção (Holland, 1979). A sugestão do autor foi de que, ao se propor uma intervenção, as medidas de tratamentos deveriam estar voltadas para o contexto e não para a vítima, buscando alterar as contingências analisadas de uma perspectiva sociocultural.

Embora as análises de Holland estivessem voltadas a intervenções comportamentais, suas críticas são válidas a qualquer forma de tratamento centrada no indivíduo. Considerando esse ponto, esta pesquisa teve o objetivo de avaliar se as críticas formuladas por Holland, a respeito do tratamento com alcoolistas, ainda se aplicam a intervenções atuais com essa população.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa realizada foi de natureza bibliográfica, adotando como fonte artigos nacionais, em português brasileiro, que continham relatos de intervenções com alcoolistas. Os artigos foram selecionados no Portal de periódicos da CAPES, por meio da seguinte expressão booleana: álcool AND intervenção, limitando a busca a artigos em português.

O material selecionado foi lido na íntegra sendo submetido a uma leitura crítica, reunindo as informações relevantes para a pesquisa guiada pelas seguintes questões: A qual área de conhecimento pertence o artigo? Qual a população envolvida? Qual o objetivo? Qual a justificativa para a intervenção (individual ou sóciocontextual)? Quais as formas de tratamento e/ou técnicas empregadas? Usou-se de técnicas aversivas? Quais os resultados obtidos? O contexto sociopolítico foi considerado no planejamento da intervenção? Como foi explicado o sucesso ou fracasso da intervenção? Foram planejadas formas de manutenção das mudanças de comportamento depois do término da intervenção? As informações coletadas nos textos foram organizadas em tabelas para discussão posterior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As buscas se deram entre 05 e 13 de agosto de 2024. Inicialmente, foram recuperados 240 artigos, os quais passaram pela de leitura de seus resumos para verificar sua adequação à proposta da pesquisa. Desse total, 2 foram excluídos por estarem em outro idioma e 2 por repetição. Do restante — 236 artigos —, 220 foram excluídos por não conterem relatos de intervenções com alcoolistas. Ao final, o processo de busca e seleção de material resultou em 16 artigos para análise.

Os artigos selecionados foram lidos na íntegra, analisando-se a proposta de tratamento trazida pelo estudo. Essa análise ocorreu por meio de uma tabela que

agrupava as perguntas apresentadas na seção materiais e métodos. A partir da sistematização dos dados, foi possível agrupá-los de acordo com suas similaridades.

Em relação ao escopo da intervenção, os estudos foram classificados em dois tipos: individuais e sóciocontextuais. Os estudos de caráter individual caracterizam-se como propostas que veem o sujeito alcoolista como um problema a ser solucionado. Propõem, portanto, intervenções voltadas à sua modificação, deixando de lado todo um contexto cultural e social que favoreceu — e, por vezes, ainda favorece — sua atual condição. Este modo de tratamento, concentra sua prática em “consertar” o sujeito. Em relação aos estudos sóciocontextuais, intervenções sociais contextuais compreendem o fenômeno como algo cultural e social, que envolve diversas variáveis socialmente relevantes, como classe, raça e gênero. Neste caso, a mudança partiria do contexto para o sujeito.

A porcentagem de artigos que se enquadraram no tipo individual foi de 62%, enquanto as intervenções sociais contextuais tiveram 12% de prevalência dentre os estudos. O restante dos estudos, 25%, não continham informações suficientes para que se fizesse uma classificação. Vale ressaltar que muitos dos estudos que consideraram o problema como individual, ainda sim, coletaram algum tipo de informação contextual. A exemplo disso, podemos citar os questionários socioeconômicos e sociodemográficos, frequentemente aplicados nos estudos analisados. A presença desses instrumentos parece indicar uma tentativa de compreender o fenômeno como parte de um problema multifatorial, mas que logo se perde e dá lugar à prática de tratamento reducionista.

A importância da análise contextual dá-se a partir da compreensão de que as variáveis socioculturais são aspectos essenciais na construção de qualquer repertório comportamental, uma vez que estamos inseridos em uma cultura composta por relações de poder bastante desequilibradas (com divisão de classes, conflitos de gênero, racismo), que devem ser consideradas na estruturação de uma intervenção. Cada um está inserido em uma realidade com a disposição de recursos diferentes, o que exige que o profissional estabeleça relações do objetivo de seu trabalho com o ambiente que circunda o paciente.

O modelo de intervenção predominante nos estudos foi a Intervenção Breve (IB) – 4 dos 16 artigos (25%) utilizaram deste modelo, que se baseia nos princípios FRAMES para guiar suas ações. Este acrônimo representa seis princípios norteadores da IB: *Feedback, Responsibility, Advice, Menu of Options, Empathy e Self-Efficacy*. Esses princípios, em conjunto, e se bem estruturados conduzem a uma participação ativa do sujeito em seu processo de tratamento. No entanto, o que se observou, nos estudos que utilizaram o modelo, foi uma aplicação do modelo sem qualquer adaptação ao contexto dos participantes. Por ser um modelo geral, para ser usado amplamente, ele não inclui variáveis do contexto em que a intervenção está sendo aplicada. Logo, a participação que se requer no processo se perde, pois não há um direcionamento claro e adequado para os recursos disponíveis ao sujeito.

Em relação aos demais estudos, parte deles não seguiu um modelo preestabelecido de intervenção. Assim, as intervenções foram compostas por atividades como roda de conversa, orientações sobre o uso do álcool e suas

consequências, palestras, entrega de folhetos informativos, dinâmicas de grupo, oficinas e ações com o intuito de trazer de volta habilidades deixadas de lado.

Tomadas em conjunto, as intervenções analisadas mostram que a visão do problema como individual predomina, mudando apenas a abordagem utilizada para tratar o problema – de intensiva para sutil. Ainda que não tenha sido utilizada a mesma estratégia de tratamento, os resultados recaíram em problemas comuns que haviam sido destacado por Holland (1979), como o fracasso da maioria das intervenções e a responsabilização do indivíduo por esse resultado.

CONCLUSÕES

Considerando o objetivo deste trabalho, foi possível concluir que, nos estudos analisados, o tratamento do uso abusivo de álcool continua sendo predominantemente individual. Portanto, as críticas de Holland (1979), formuladas há mais de quarenta anos, ainda permanecem válidas. Contudo, algumas diferenças foram encontradas entre o contexto das análises de Holland e os estudos analisados. Parece ter havido uma modificação na forma como o problema é abordado, antes predominavam tratamentos intensivos, agora foram encontradas ações pontuais e breves. Mas essa mudança não parece ter alterado os resultados das intervenções, que permanecem pouco eficazes. Isso fortalece a hipótese de que a desconsideração do contexto, que se mantém na maioria dos estudos analisados, talvez seja a variável crítica para melhorar a efetividade das intervenções, além de ser uma forma de combater a estigmatização de pessoas que usam álcool e outras drogas de forma abusiva. Por fim, vale ressaltar que este trabalho considerou apenas estudos realizados no Brasil e no idioma local (português brasileiro). Portanto, é importante que futuros trabalhos voltados à temática ampliem as fontes, considerando diferentes tipos de materiais e línguas, a fim de verificar o alcance dos resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

GEROMINI, M. C. **Contribuições da Análise do Comportamento para o estudo da drogadição no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

HOLLAND, J. G. Comportamentalismo: Parte do problema ou parte da solução. **Análise Psicológica**, vol. 2, n. 2, p. 317-326, 1979.

COUTINHO, C; TOLEDO, L; BASTOS, F. I. **Epidemiologia do uso de substâncias psicoativas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2019